CLWP Eólica Parque VI S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Eólica Parque VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CLWP Eólica Parque VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLWP Eólica Parque VI S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 24 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ n° 16.756.943/0001-89
NIRE n° 42 2 0522716-8
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque VI S.A. ("CLWP VI" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo VI, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 13,8 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em leilão A-5, de 28 de novembro de 2014, pelo prazo de 20 anos. CLWP VI é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Santo Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de CLWP VI pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a EBE é uma operadora de infraestruturas em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Em 2019, a ENGIE Brasil Energia passou também a atuar no segmento de transporte de gás natural, com aquisição, em conjunto com outros sócios, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta de CLWP VI alcançou 130,0 GWh. A geração obtida em 2018 foi de 22,5 GWh. Importante salientar que a Central Eólica passou a operar em novembro de 2018, o que justifica tal diferença na comparação entre os anos.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 89,4%, 6,3 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 83,2%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 88,8%, 6,5 p.p acima da registrada em 2018, que foi de 82,3%.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

7. Agradecimentos

A Administração de CLWP VI agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2019.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.896	13.988
Contas a receber de clientes	5	4.637	3.176
Outros ativos circulantes		1.417	1.243
		12.950	**18.407**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	**6**	3.739	-
Adiantamentos a fornecedores	11	-	1.665
Outros ativos não circulantes		13	1.055
		3.752	**2.720**
Imobilizado	**7**	**170.782**	**170.432**
Intangível		**38**	**45**
Direito de uso de arrendamentos	**11**	**3.529**	**-**
		178.101	**173.197**
TOTAL		**191.051**	**191.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.707	3.587
Financiamento	10	6.361	2.840
Arrendamentos a pagar	11	343	-
Dividendos	12	335	129
Outros passivos circulantes		141	531
		10.887	**7.087**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	88.074	79.754
Arrendamentos a pagar	11	1.597	-
Provisão para desmobilização	7	5.327	-
		94.998	**79.754**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		81.980	103.532
Reservas de lucros		3.186	1.231
		85.166	**104.763**
TOTAL		**191.051**	**191.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**19.757**	**5.041**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/11	(6.452)	(1.238)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(1.166)	(337)
Serviços de terceiros		(1.260)	-
Outros		(1.274)	(323)
		(10.152)	**(1.898)**
LUCRO BRUTO		**9.605**	**3.143**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(115)	(129)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**9.490**	**3.014**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados		623	433
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.606)	(1.587)
Juros sobre arrendamentos a pagar, líquidos de PIS e Cofins	11	(341)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(5)	(32)
		(7.329)	**(1.186)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**2.161**	**1.828**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	-	(40)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**2.161**	**1.788**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,03**	**0,02**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.161**	**1.788**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**2.161**	**1.788**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.
CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)		**64.544**	**-**	**-**	**(428)**	**64.116**
Aumento de capital		38.988	-	-	-	38.988
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.788	1.788
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal		-	68	-	(68)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(129)	(129)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.163	(1.163)	-
Saldos em 31.12.2018	**12**	**103.532**	**68**	**1.163**	**-**	**104.763**
Redução de capital		(21.552)	-	-	-	(21.552)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.161	2.161
Destinação proposta à AGO:						
- Reserva legal		-	108	-	(108)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(206)	(206)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	1.847	(1.847)	-
Saldos em 31.12.2019	**12**	**81.980**	**176**	**3.010**	**-**	**85.166**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	2.161	1.828
Conciliação do lucro:		
Depreciação e amortização	6.452	1.238
Juros e variação monetária sobre financiamentos	7.606	1.587
Juros sobre arrendamentos a pagar, líquidos de PIS e Cofins	341	-
Outros	(188)	6
Lucro antes dos tributos ajustado	**16.372**	**4.659**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.416)	(3.176)
Outros ativos	876	(1.914)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	310	96
Outros	(36)	115
Caixa gerado nas (utilizado pelas) operações	**16.106**	**(220)**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(3.589)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(37)
Caixa líquido das atividades operacionais	**12.517**	**(257)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(1.949)	(104.875)
Outros	-	(184)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.949)**	**(105.059)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	38.988
Redução de capital	(21.552)	-
Captação de financiamento	10.929	80.234
Pagamento de financiamento	(3.105)	-
Pagamento de arrendamentos	(360)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.572)	
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(17.660)**	**119.222**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(7.092)**	**13.906**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13.988	82
Saldo final	6.896	13.988
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(7.092)**	**13.906**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Provisão para desmobilização	5.327	-
Adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.945	-
Crédito de imposto de renda e contribuição social	-	(4)
Fornecedores de imobilizado e estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(561)	(224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE VI S.A.

CNPJ N° 16.756.943/0001-89 | NIRE N° 42 2 0522716-8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque VI S.A. ("Companhia" ou "CLWP VI"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo VI ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW e garantia física de 13,8 MW médios. Em 02.11.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 24.04.2020.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações de venda de energia e de contratação de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamento.

l) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

l.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento das áreas onde o seu parque eólico está instalado. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso de R$ 3.610, em 01.01.2019 e passivos de arrendamentos a pagar no montante de R$ 1.945. Mais detalhes são apresentados na Nota 11– Operações de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas e que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Revisão anual do CPC n° 14/2019; (ii) Alterações no CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro; e (iii) IFRS 17 – Contratos de seguro. A Companhia não estima impactos em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção destas normas e interpretações novas ou alteradas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	1.359	2.230
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	5.537	11.758
	6.896	**13.988**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	3.361	-
Transações realizadas na CCEE[1]	1.191	824
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”)	85	2.352
	4.637	**3.176**

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão A-5, de 28.11.2014, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2019, é de R$ 403.663.

Em 31.12.2019, o montante de R$ 404 mil estava vencido há mais de 30 dias. Em 31.12.2018, não havia saldos vencidos.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2019, a Companhia mantinha R$ 3.739 relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

[1] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	2,7%	6.580	(290)	6.290	6.637
Máquinas e equipamentos	4,0%	171.801	(7.319)	164.482	163.795
		178.381	**(7.609)**	**170.772**	**170.432**
Em curso		10	-	10	-
		178.391	**(7.609)**	**170.782**	**170.432**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)	**-**	**-**	**65.996**	**65.996**
Ingressos	-	-	104.901	104.901
Juros e V.M. capitalizados	-	-	773	773
Transferências	6.701	164.969	(171.670)	-
Depreciação	(64)	(1.174)	-	(1.238)
Saldos em 31.12.2018	**6.637**	**163.795**	**-**	**170.432**
Ingressos	-	-	1.394	1.394
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	5.327	5.327
Transferências	(119)	6.830	(6.711)	-
Depreciação	(228)	(6.143)	-	(6.371)
Saldos em 31.12.2019	**6.290**	**164.482**	**10**	**170.782**

b.1) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo VI, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 07.2015.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de imobilizado	3.147	3.339
Fornecedores de materiais e serviços	332	143
Encargos de uso da rede elétrica	112	105
Energia elétrica comprada	116	-
	3.707	**3.587**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado em 2018.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação das taxas de juros e índices	**2019**	**2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2019	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Financiamentos				
TJLP	94.435	568	(1.279)	(2.593)

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia firmou contrato com a parte relacionada ECV, vigente até dezembro de 2036, mitigando o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	5.537	11.758
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.359	2.230
Contas a receber de clientes	4.637	3.176
Depósitos vinculados	3.739	-
	15.272	**17.164**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	3.707	3.587
Financiamento	94.435	82.594
	98.142	**86.181**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10- FINANCIAMENTO

Em abril de 2018, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 93.200. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção da Central Eólica Campo Largo VI. Em maio de 2019, foi efetuado o último saque do montante financiado.

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamento	986	79.248	80.234
Juros e variação monetária (V.M.)	272	1.315	1.587
Juros e V.M. capitalizados	773	-	773
Transferências	809	(809)	-
Saldos em 31.12.2018	**2.840**	**79.754**	**82.594**
Captação de financiamento	452	10.477	10.929
Juros e V.M.	7.334	272	7.606
Transferências	2.429	(2.429)	-
Amortização do principal	(3.105)	-	(3.105)
Amortização de juros	(3.589)	-	(3.589)
Saldos em 31.12.2019	**6.361**	**88.074**	**94.435**

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	6.074
2022	6.074
2023	6.074
2024	6.074
2025 a 2029	30.370
2030 a 2035	33.408
	88.074

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
Bancos	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo 31.12.2019
BNDES	TJLP + 1,82% a.a.	06.2035	Mensais, a partir de julho de 2019	94.435

O montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais *(covenants)*

A partir do exercício fiscal de 2020, a controladora da Companhia, CLWP Brasil Participações S.A., deverá manter, durante toda a vigência do contrato Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD ≥ 1,25.

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na Nota 3 – Sumário das principais práticas contábeis. Em sua análise, a Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2063.

a) Direito de uso de arrendamento

A mutação do direito de uso está apresentada a seguir:

Adoção inicial	3.610
Depreciação	(81)
Saldo em 31.12.2019	**3.529**

Do saldo da adoção inicial do passivo não circulante de R$ 1.602 foi acrescido o valor de R$ 1.665, correspondente ao saldo de adiantamento a fornecedor de 31.12.2018. Desta forma, o montante reconhecido no ativo em decorrência da adoção inicial foi de R$ 3.610.

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial	343	1.602	1.945
Juros	355	-	355
Transferências	5	(5)	-
Amortizações	(360)	-	(360)
Saldos em 31.12.2019	**343**	**1.597**	**1.940**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	2
2022	3
2023	3
2024	3
2025 a 2029	22
2030 a 2034	36
2035 em diante	1.528
Arrendamentos a pagar	**1.597**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 123, referente a custos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2019 era de R$ 81.980 (R$ 103.532 em 31.12.2018), representado por 81.980.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 81.979.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

Em 2018, foram efetuados aumentos de capital que totalizaram R$ 38.988, os quais foram aprovados pelos acionistas da Companhia. Adicionalmente, em 2019 ocorreram reduções de capital no montante de R$ 21.552, motivadas pela liberação de financiamento do BNDES. A construção da Usina vinha sendo financiada com capital próprio até a liberação do referido financiamento.

b) Reservas legal e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2019, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 1.847 do lucro do exercício de 2019 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	21.090	-
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	85	4.550
Transações no mercado de curto prazo	595	1.005
	21.770	**5.555**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(2.013)	(514)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**19.757**	**5.041**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS,NO RESULTADO

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**2.161**	**2.161**	**1.828**	**1.828**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(540)**	**(194)**	**(457)**	**(165)**
Diferenças permanentes				
Depreciação incentivada	586	234	401	144
Outras	(46)	(40)	31	6
	-	**-**	**(25)**	**(15)**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	-	-	(25)	(15)
	-	**-**	**(25)**	**(15)**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou das autorizações das usinas. Em 31.12.2019, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 37.847 (R$ 37.139 em 31.12.2018).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até novembro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 16.885.

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do leilão A-5, de 28 de novembro de 2014, cujo compromisso de longo prazo está apresentado na Nota 5 – Contas a receber de clientes.

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. O Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.729.318 e R$ 439.892, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	Contas a receber	Fornecedores de energia	Receita operacional líquida	Compra de energia
31.12.2019				
CLWP III	-	39	-	454
EBC	85	77	77	69
Total	**85**	**116**	**77**	**523**
31.12.2018				
EBC	2.352	-	4.129	-
Total	**2.352**	**-**	**4.129**	**-**

O contrato de longo prazo firmado entre as partes relacionadas está apresentado no quadro abaixo, e foi firmado em condições de mercado.

Vendedor	Comprador	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso futuro Base 31.12.2019
CLWP III	CLWP VI	2038	IPCA	Dezembro	8.652

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da CLWP Eólica Parque VI S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller
Diretora Administrativa e Financeira

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC